

metropole

Direito & Ordem



NOVO JURÍDICO

GABRIELA GONÇALVES
E LILIAN FONSECA INVESTEM
NA ESTRATÉGIA E TECNOLOGIA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
ESCRITÓRIOS AUMENTAM
PRODUTIVIDADE

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
CAMINHOS, DESAFIOS E
RESPONSABILIDADES

ECOMUSEU
COMUNIDADE, TERRITÓRIO
E PATRIMÔNIO

FARMA CONDE

Mês das mães

*Entre mistério e sofisticação,
nasce Oásis de Essências.*

Uma coleção inspirada no Oriente, que traduz elegância, intensidade e presença em fragrâncias marcantes, capazes de revelar identidade em cada detalhe.



Escaneie o Qr Code e
compre pelo WhatsApp

(11) 95772-8008

WHATSAPP



COMPRE NO SITE



O avanço da Inteligência Artificial está promovendo uma transformação silenciosa — e profunda — no universo do Direito. Escritórios e departamentos jurídicos passaram a incorporar ferramentas tecnológicas capazes de automatizar tarefas repetitivas, analisar grandes volumes de dados e até sugerir estratégias processuais. Softwares de jurimetria, plataformas de gestão de processos e sistemas de análise preditiva já não são mais tendência, mas realidade. Nesse novo cenário, o profissional do Direito deixa de ser apenas operador da lei para assumir também o papel de intérprete crítico da tecnologia.

Entretanto, o uso dessas ferramentas exige atenção redobrada quanto à ética, à transparência e à responsabilidade. A dependência excessiva de sistemas automatizados pode comprometer a análise humana, essencial à interpretação das normas e à aplicação da justiça. Além disso, questões como viés algorítmico, proteção de dados e segurança da informação colocam em evidência a necessidade de regulamentação e boas práticas. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais já estabelece parâmetros importantes, mas ainda há um longo caminho para garantir que a inovação caminhe lado a lado com a proteção dos direitos fundamentais.

Diante desse cenário, o futuro do Direito será inevitavelmente híbrido, combinando a expertise humana com o potencial das máquinas. Cabe aos operadores jurídicos não apenas dominar essas novas ferramentas, mas também compreender seus limites e implicações. A tecnologia deve ser vista como aliada — e não substituta — da reflexão jurídica. Mais do que nunca, será a capacidade crítica, ética e estratégica dos profissionais que garantirá que a Inteligência Artificial seja utilizada em favor da justiça, e não como um risco à sua essência.

Boa Leitura!

Reinaldo Moreira
Editor-Chefe

Acesse o
QR Code e veja
todas as edições
da **Metrópole**
Magazine



metrópole

magazine

Regina Laranjeira Baumann
Diretora Executiva

Reinaldo Moreira
Editor chefe

Rubens Baracho
Jornalista

Colunistas

Liliane Oliveira, Rodrigo Cardoso,
Luiz Eduardo dos Santos, Alice Goes,
Priscila Alves, Daniella Santucci, Fabi Vieira
Barbara Nogueira Gomes

Sabine Baumann
Departamento Comercial

EDIÇÕES ANTERIORES: www.meon.com.br

Diário da Metrôpole LTDA

CNPJ 18.859.803/0001-61

Conlife Center - Av. Salmão, 325

Salas 33 e 34 - Jardim Aquarius

São José dos Campos, SP CEP 12246-260

Pabx (12) 3204-3333

Email: redacao@meon.com.br



A revista **Metrôpole Magazine** é um produto
do **Grupo Meon de Comunicação**

Cobertura e distribuição

RMVale

39 cidades



DIREITO, TECNOLOGIA E COTIDIANO

// POR REDAÇÃO

Como inovação jurídica e estratégia estão transformando a relação entre empresas e advogados. Durante muito tempo, o advogado era chamado apenas quando o problema já estava instalado. Um contrato mal estruturado, um conflito societário ou um processo inesperado. No cotidiano das empresas, o jurídico era visto quase sempre como um departamento de reação.

Esse modelo começa a mudar.

Impulsionada pela tecnologia, pela transformação do ambiente empresarial e por novas metodologias de gestão, a advocacia vive um processo silencioso, mas profundo, de reinvenção. Cada vez mais, o advogado deixa de atuar apenas na resolução de conflitos para se tornar parte estratégica das decisões empresariais.

No Vale do Paraíba, onde empresas crescem e se estruturam em ritmo ace-

lerado, essa transformação começa a ganhar força. Uma nova geração de profissionais busca aproximar o direito da realidade cotidiana das empresas, trazendo para a região estruturas jurídicas e modelos de atuação mais próximos daqueles vistos nas grandes capitais. Mais do que resolver problemas, a missão passa a ser antecipá-los.

O amadurecimento jurídico do Vale

São José dos Campos consolidou-se nas últimas décadas como um dos principais polos econômicos e tecnológicos do interior paulista. Empresas industriais, centros de inovação e negócios em expansão criaram um ambiente empresarial dinâmico. Mas o desenvolvimento econômico nem sempre foi acompanhado por uma evolução equivalente na estrutura jurídica das empresas.

Durante muitos anos, o mercado regional foi marcado por uma advocacia predominantemente generalista. O advogado precisava lidar com todo tipo de demanda, trabalhista, empresarial, contratual ou imobiliária, muitas vezes dentro do mesmo escritório.

“A tecnologia não substitui o advogado, ela potencializa o tempo e a capacidade estratégica do profissional.”



Esse cenário começa a mudar à medida que o próprio mercado amadurece

Empresas mais estruturadas passam a demandar serviços jurídicos mais especializados, capazes de acompanhar decisões estratégicas e estruturas empresariais cada vez mais complexas.

Quando tecnologia entra no escritório

Parte dessa transformação está diretamente ligada ao avanço da tecnologia no setor jurídico. Ferramentas digitais, softwares de gestão, automação de tarefas e sistemas de monitoramento processual passaram a fazer parte da rotina de muitos escritórios.

Mais recentemente, o uso de inteligência artificial também começa a ganhar espaço. No entanto, ao contrário do que muitas previsões sugeriam, a tecnologia não substitui o advogado. Ela muda a forma como o trabalho é realizado.

Ao automatizar tarefas operacionais e organizar fluxos de trabalho, a tecnologia permite que o profissional dedique mais tempo aquilo que realmente exige análise jurídica, visão estratégica e tomada de decisão. Hoje, o ativo mais escasso dentro de um escritório de advocacia é o tempo. E é justamente esse recurso que a tecnologia ajuda a potencializar.

Da reação à prevenção

Outra mudança importante está na forma como as empresas passam a enxergar o papel do jurídico. Se antes o advogado era acionado apenas quando surgia um conflito, hoje cresce a percepção de que a atuação preventiva pode evitar prejuízos muito maiores no futuro. Planejamento societário, organização tributária, governança empresarial e sucessão patrimonial passam a fazer parte da rotina de muitas empresas em crescimento.

Nessa nova lógica, o advogado deixa de ser apenas um técnico especializado e passa a atuar como parceiro estratégico das decisões empresariais. Em muitos

casos, o relacionamento com o cliente torna-se contínuo, e não apenas pontual. A advocacia como relação de confiança. Essa proximidade transforma também a forma como os escritórios se relacionam com seus clientes. A advocacia contemporânea passa a valorizar cada vez mais a construção de relações de longo prazo.

Entender o negócio, compreender os desafios do empresário e acompanhar o crescimento da empresa tornam-se elementos fundamentais da atuação jurídica. Essa mudança reflete uma visão mais ampla do papel do direito dentro da economia: não apenas resolver disputas, mas contribuir para que elas não aconteçam.

O futuro da advocacia empresarial

A transformação da advocacia está apenas começando. Nos próximos anos, a tendência é que tecnologia, especialização e relacionamento se tornem os três pilares que definem os escritórios mais relevantes no mercado. A tecnologia continuará ampliando a eficiência operacional. A especialização permitirá respostas mais estratégicas às demandas empresariais. E o relacionamento continuará sendo o fator que diferencia profissionais em um ambiente cada vez mais competitivo.

No Vale do Paraíba, esse movimento também acompanha o crescimento da região como um polo econômico relevante no interior do país. À medida que empresas se expandem e estruturas empresariais se tornam mais complexas, cresce também a necessidade de um direito mais estratégico, mais próximo da realidade dos negócios e mais conectado ao cotidiano das empresas.

Porque, no ambiente empresarial contemporâneo, decisões importantes não se sustentam apenas em visão de mercado, elas também precisam de segurança jurídica.

O jurídico como parceiro estratégico das empresas

Advogados apontam como tecnologia, prevenção e relacionamento estão mudando a forma como empresas estruturam suas áreas jurídicas.

Durante muito tempo, o departamento jurídico foi visto dentro das empresas como uma estrutura essencialmente reativa. O advogado entrava em cena quando surgia um problema: um processo, um conflito societário ou um contrato mal estruturado. Mas esse modelo vem passando por uma transformação silenciosa.

À medida que empresas se tornam mais complexas e o ambiente regulatório se torna mais desafiador, cresce a percepção de que o jurídico precisa participar das decisões estratégicas do negócio, e não apenas atuar quando o conflito já está instalado. Para especialistas do setor, essa mudança redefine também a forma como as empresas organizam suas estruturas jurídicas.

Em companhias menores ou em fase de expansão, por exemplo, a terceirização do jurídico costuma ser o caminho mais comum. Nesses casos, escritórios externos assumem grande parte das demandas jurídicas da empresa, funcionando quase como um departamento jurídico compartilhado. Já em

“O advogado deixa de ser chamado apenas quando surge o problema e passa a participar das decisões da empresa.”

empresas maiores, com equipes internas estruturadas, o papel do escritório externo costuma ser diferente.

“O escritório passa a atuar como um advisor, apoiando o jurídico interno em decisões estratégicas ou em projetos mais complexos”, explica a advogada Gabriela, que atua na área empresarial no Vale do Paraíba. Segundo ela, essa combinação entre conhecimento interno da empresa e visão externa especializada tende a produzir decisões mais estruturadas.

Do contencioso à prevenção

Outra mudança importante na forma como o direito é exercido dentro das empresas está relacionada ao avanço da advocacia preventiva. Em vez de atuar apenas na resolução de litígios, o jurídico passa a participar da organização societária, da estrutura tributária e do planejamento patrimonial das empresas. A lógica é simples: antecipar riscos tende a ser muito mais eficiente do que lidar com as consequências de um problema já instalado.

“Quando o advogado participa das decisões antes que os conflitos surjam, é possível estruturar soluções mais seguras para o crescimento da empresa”, afirma Lilian Fonseca. Esse movimento também acompanha o amadurecimento do ambiente empresarial fora das grandes capitais. Em regiões como o Vale do Paraíba, onde empresas industriais, tecnológicas e familiares convivem em um mesmo ecossistema, cresce a necessidade de estruturas jurídicas mais organizadas.

A tecnologia como ferramenta de eficiência

A tecnologia também tem desempenhado um papel importante nessa transformação. Ferramentas digitais, softwares de gestão jurídica e sistemas de automação vêm ampliando a capacidade operacional dos escritórios e

permitindo maior controle sobre processos e prazos. Para os advogados, no entanto, a tecnologia não substitui o trabalho jurídico. Ela muda a forma como ele é realizado.

“A tecnologia permite que o advogado tenha mais tempo para análise estratégica. O trabalho operacional passa a ser mais organizado e eficiente”, diz Gabriela Gonçalves. Esse movimento acompanha uma tendência mais ampla do mercado jurídico, que busca integrar ferramentas digitais ao cotidiano da profissão sem perder o caráter analítico e humano da atividade.

Relacionamento e compreensão do negócio

Se a tecnologia amplia a eficiência do trabalho jurídico, o relacionamento continua sendo um elemento central da advocacia empresarial. Para muitos advogados, compreender o funcionamento da empresa e acompanhar o cotidiano do empresário tornou-se parte fundamental da atuação profissional.

“Hoje o advogado precisa entender o negócio do cliente. Só assim ele consegue orientar decisões de forma estratégica”, afirma Gabriela.

Essa proximidade também tem estimulado a criação de ambientes de troca entre empresários. Iniciativas de networking empresarial e grupos de relacionamento vêm se tornando mais

“A advocacia moderna é cada vez mais relacional.”

comuns em diferentes regiões do país, criando espaços de discussão sobre gestão, estratégia e desenvolvimento de negócios. Para especialistas, esses ambientes contribuem para fortalecer o ecossistema empresarial e ampliar o acesso a informação e inovação.

Direito, tecnologia e cotidiano

À medida que tecnologia, estratégia e relacionamento passam a fazer parte da rotina jurídica das empresas, o papel do advogado também se transforma. Mais do que resolver disputas, a advocacia passa a participar do cotidiano das decisões empresariais. Nesse novo cenário, o jurídico deixa de ser apenas uma estrutura de defesa e passa a se consolidar como parte do processo de crescimento e organização das empresas. E essa mudança, apontam especialistas, tende a se aprofundar nos próximos anos. ■



Entre a inovação e a estratégia: como a experiência em startups tem redesenhado a advocacia empresarial

// POR REDAÇÃO

A transformação do ambiente jurídico nos últimos anos acompanha um movimento mais amplo de mudança na forma como empresas operam, crescem e tomam decisões. Em meio a esse cenário, a aproximação entre direito e tecnologia deixou de ser tendência para se consolidar como parte da rotina de escritórios que atuam junto ao setor empresarial.

É nesse contexto que se insere a trajetória das sócias do escritório Fonseca & Gonçalves, que tiveram passagem pelo universo das legaltechs — ambiente marcado por agilidade, estrutura orientada a dados e foco na resolução eficiente de problemas.

A experiência fora do modelo tradicional contribuiu para uma leitura mais estratégica da advocacia. Em vez de uma atuação centrada apenas no contencioso, cresce a importância de um jurídico que acompanha o desenvolvimento das empresas e participa de decisões estruturais.

“Quando você passa por ambientes de inovação, muda a forma de enxergar o direito. Você entende que não é só sobre resolver conflitos, mas sobre organizar e sustentar o crescimento das empresas”, afirma Lilian Fonseca.

Essa mudança de perspectiva também altera a forma como o tempo é percebido dentro da advocacia. Processos mais eficientes, uso de tecnologia e definição clara de prioridades passam a ser elementos centrais na prestação de serviços jurídicos.



GABRIELA
GONÇALVES

LILIAN
FONSECA

Para Gabriela Gonçalves, essa vivência contribuiu para aproximar o advogado da realidade empresarial. “A convivência com startups trouxe uma visão mais prática. O empresário precisa de soluções claras, aplicáveis, e o jurídico precisa acompanhar esse ritmo”, diz.

A atuação passa, então, a se orientar menos pela reação e mais pela antecipação. Estrutura societária, planejamento patrimonial e organização tributária tornam-se parte do cotidiano de empresas que buscam crescer com maior previsibilidade.

Nesse encontro entre inovação e técnica jurídica, a advocacia assume um papel que vai além da interpretação

da norma. Ela se integra ao processo decisório das empresas, contribuindo para reduzir riscos e estruturar caminhos de crescimento.

Mais do que uma mudança de ferramentas, trata-se de uma mudança de lógica. E, para escritórios que transitam entre esses dois mundos, o desafio deixa de ser apenas acompanhar o mercado — e passa a ser ajudar a interpretá-lo. ■

Fonseca Gonçalves Advogados

Rua Madre Paula, 233, Vila Ema
São José dos Campos - SP

- Telefone: (12) 3302-9140
- Instagram: @adv.fglaw

A Inteligência Artificial como Pilar de Gestão e Competitividade na Advocacia de Excelência



// POR REDA O

O lançamento desta publica o em São José dos Campos não   coincidência.   o reflexo de uma convergência inevitável entre a voca o tecnológica do Vale do Paraíba e a transforma o profunda que o setor jurídico atravessa neste momento. Em uma região moldada pela inova o da engenharia aeroespacial e pela indústria de ponta, seria surpreendente se a advocacia ficasse de fora dessa revolu o.

O que vivemos hoje   uma segunda fase da IA no Direito. A primeira foi marcada pela curiosidade: escritórios experimentando o ChatGPT de forma isolada, testando os limites de ferramentas generalistas. Agora, a conversa mudou de tom. Não se fala mais em “testar” a IA, mas em como integrá-la   gestão do escritório com consistência e critério. Para os sócios e exe-

cutivos do Vale, entender essa virada   reconhecer que a IA deixou de ser infraestrutura futurista para se tornar infraestrutura básica, uma camada de inteligência que redefine o que significa ser expert no século XXI. E, paradoxalmente, quanto mais poderosa se torna a ferramenta, mais sofisticado precisa ser quem a usa.

Nos escritórios que já estão   frente nessa curva, a mudança   concreta. A IA saiu das discussões teóricas para se integrar   “fábrica” operacional dos escritórios de alto desempenho. A pesquisa jurídica por palavras-chave cedeu espaço para buscas semânticas que entendem o contexto e a inten o da consulta. O impacto no tempo   mensurável: triagens que consumiam um dia útil agora acontecem quando o processo chega. Resumos de documentos extensos, que levavam meia

hora, saem em onze minutos. Peças jurídicas complexas que exigiam 46 minutos de reda o estão sendo concluídas em seis, com apoio de LLMs e processamento de linguagem natural. O resultado não   só velocidade   capacidade. Escritórios que adotaram esse modelo relatam produtividade duplicada na área cível sem novas contrata es, com eleva o do padrão técnico graças a assistentes treinados com as bases internas de conhecimento do próprio escritório.   justamente aí que reside um ponto frequentemente subestimado: a qualidade do que a IA entrega depende diretamente da qualidade do conhecimento que o escritório consegue organizar e alimentar. Quem não aplica a gestão do conhecimento dificilmente extrair  o melhor dessas ferramentas e perderá para quem o faz.

Esses ganhos não são casos isolados; eles mostram uma mudança real na forma como o tempo, o bem mais valioso do mundo,   usado. Estima-se que o uso disciplinado de IA gere 1 hora e 16 minutos a mais por dia, por profissional, o equivalente a 32 dias úteis adicionais ao longo do ano. Um “14  m s” de capacidade produtiva para dedicar ao que realmente importa: pensamento estratégico, relacionamento com o cliente e constru o de solu es consultivas. Uma pesquisa recente da LexisNexis reforça esse movimento: 65% já identificam grande potencial da IA generativa para pesquisa, 56% para reda o de documentos e 44% para análises técnicas mais aprofundadas. A tecnologia permite que a sofisticac o técnica prevaleça sobre o volume operacional, permitindo que os escritórios escalem suas opera es sem o in a o proporcional de seus custos fixos.

Pela ótica da engenharia de eficiência, a IA reorganiza a advocacia como um sistema de produção mais avançado, transformando profundamente o fluxo de trabalho e os modelos de negócio. Essa eficiência não se resume à velocidade; ela amplia a capacidade cognitiva do escritório. O diferencial, porém, não está em ter a tecnologia: está em saber estruturar os dados internos e incorporá-la ao método de trabalho do escritório. Pense nela como uma ferramenta de “teste não destrutivo” para estratégias processuais. Antes de protocolar, o advogado pode submeter seus argumentos a um verdadeiro stress test com base em milhares de precedentes, identificar padrões decisórios e nuances jurisprudenciais que passariam despercebidos numa análise manual. No caso do BPC/LOAS no TRF3, por exemplo, embora a norma adote como referência a renda per capita inferior a um quarto do salário-mínimo, a jurisprudência admite a flexibilização desse critério diante de elementos concretos de vulnerabilidade social.

A IA consegue mapear esses sinais com precisão e consistência, ajudando o advogado a calibrar a tese com dados mais sólidos antes de entrar em campo. Esse tipo de apoio muda a percepção que o cliente tem do escritório: o advogado deixa de ser o executor de tarefas para se tornar o arquiteto da solução e isso se reflete diretamente no NPS dos escritórios que já fizeram essa transição. A agilidade proporcionada pela IA permite atender demandas complexas com uma fluência que as empresas do Vale do Paraíba já aplicam em suas fábricas e centros de pesquisa, transformando o escritório de um centro de custos em um parceiro estratégico que antecipa riscos em vez de apenas reagir a eles.

Entretanto, uma liderança responsável exige equilíbrio. O entusiasmo com a tecnologia não pode esconder as limitações dos modelos generativos

de uso geral. Estudos conduzidos por pesquisadores ligados a Universidade de Stanford mostram um grande gap de confiabilidade: em questões jurídicas, modelos genéricos, como o ChatGPT, chegaram a apresentar taxas de alucinação entre 69% e 88%, enquanto ferramentas jurídicas especializadas reduziram esse índice para algo, no mínimo, 17% das consultas. Alucinação, aqui, significa inventar casos, citar jurisprudência inexistente, fabricar fundamentos. E isso, numa peça jurídica, tem consequências sérias. Em 2026, o Tribunal Federal de Apelações dos Estados Unidos sancionou uma advogada em US\$ 2.500 após identificar 21 imprecisões em uma única peça e deixou claro que a falta de transparência sobre o uso da IA agrava severamente as ações, segundo a Reuters.

Nesse contexto, competência digital deixou de ser diferencial e virou dever ético e profissional. Usar ferramentas de IA generativa públicas e gratuitas para processar informações sensíveis de clientes é uma vulnerabilidade que nenhum escritório sério pode aceitar. Protocolos como MFA, RBAC e SSO deixaram de ser jargão de TI e passaram a fazer parte do vocabulário de gestão de qualquer estrutura que lide com dados confidenciais. A regra de ouro é simples: antes de pedir sínteses ou análises à IA garantir um ambiente privado e seguro, baseado em fontes reais, verificadas, legislação aplicável e jurisprudência confiável. O advogado deve tratar as respostas da IA com o mesmo senso crítico que aplicaria ao trabalho de um associado júnior, assegurando que a decisão final e a responsabilidade técnica permaneçam claramente humanas.

Assim como as empresas já aplicam o modelo “*Human in the loop*”, a ética profissional contemporânea exige o modelo “*Lawyer in the loop*” onde a IA atua como um copiloto de alta performance, mas a responsabilidade

ética, o julgamento estratégico e a assinatura final permanecem, integralmente, com o advogado humano. Aqui é importante lembrar que os modelos de IA operam de forma estocástica, enquanto o Direito é determinístico. Algumas abordagens práticas já estão sendo utilizadas para equilibrar esses dois mundos.

Em última análise, a IA não desumaniza o Direito. Ela não capta a tensão emocional de um conflito societário nem a sensibilidade de uma reestruturação familiar. O que ela faz é liberar para que ele possa exercer o que a profissão tem de mais essencial que é pensar com profundidade, negociar com inteligência e entregar estratégia. No Vale do Paraíba, onde a tecnologia move a economia há décadas, esse movimento tende a ser natural para as instituições que levam a sério o conceito de excelência. O mercado está num ponto de inflexão! Em pouco tempo, a fluência em IA deixará de ser diferencial e passará a ser requisito básico de sobrevivência. Escritórios que ignorarem essa transformação correm o risco de perder espaço para estruturas capazes de entregar resultados mais sofisticados em muito menos tempo.

A adoção da IA não representa apenas uma decisão tecnológica, mas também uma demonstração de liderança e maturidade empresarial. Os escritórios que conseguirem combinar a precisão das máquinas com a qualidade do julgamento humano não apenas acompanharão essa transformação, mas também contribuirão para definir novos padrões de excelência na região. Nesse contexto, a advocacia reafirma seu papel como atividade de alta inteligência em um mercado que, assim como o setor aeroespacial, opera sob exigências máximas de excelência. No fim, a diferença estará na forma como cada escritório escolhe atravessar essa fronteira. ■

O limite da advocacia

Quando o processo deixa de buscar Justiça — e passa a testar os limites do sistema

// POR REGINA LARANJEIRA BAUMANN

Ao aplicar o Direito, é necessário refletir sobre si mesmo. Não sobre a lei. Não sobre o caso. Mas sobre a forma como está sendo utilizado.

Em muitas demandas analisadas na Justiça do Trabalho revela-se um cenário que ultrapassa o litígio individual e expõe uma questão mais sensível: **qual é o limite ético da atuação jurídica?**

A banalização do pedido — e o distanciamento da realidade

Existem casos em que um conjunto de pretensões, à primeira vista, já causam estranhamento. Quando valores totalmente distorcidos da realidade concluem por pedido indenizatório exorbitante e, em audiência conciliatória, aceita-se um acordo de aproximadamente 5% do valor.

O contraste é inevitável.

Se o direito alegado justificava a indenização pretendida, por que a aceitação de um valor tão inferior?

E, se o valor aceito é razoável, o que dizer do pedido inicial?

Essa discrepância revela um fenômeno preocupante: a utilização do processo como instrumento de pressão, e não como meio de realização da Justiça.

O papel do magistrado — na condução do equilíbrio

Outro aspecto que merece reflexão está na condução da audiência.

A conciliação é, sem dúvida, um dos pilares da Justiça do Trabalho. É desejável, legítima e frequentemente o melhor caminho para a solução dos conflitos.

Ao mesmo tempo, trata-se de um momento delicado, que exige sensibilidade e equilíbrio na atuação jurisdicional.

A construção de um acordo deve sempre preservar a liberdade das partes, garan-



tindo que a decisão seja tomada com segurança, clareza e convicção.

Quando esse equilíbrio é cuidadosamente observado, a conciliação cumpre seu papel mais nobre: o de pacificar, com justiça, e não apenas encerrar o processo.

Ética, responsabilidade e o verdadeiro papel do Direito

A advocacia é indispensável à Justiça e sua força reside na responsabilidade com que é exercida. Postular não pode ser inflar pedidos, distorcer a realidade. E litigar não pode se transformar em estratégia de risco calculado. O processo judicial não pode ser um espaço de experimentação. Deve ser um espaço de responsabilidade.

O impacto silencioso dessas práticas

Casos assim não se encerram no acordo firmado. Eles produzem efeitos

mais amplos:

- sobrecarregam o Judiciário
- aumentam a insegurança jurídica
- encarecem a atividade empresarial
- e fragilizam relações legítimas de formação profissional, como o estágio

Mais do que isso, geram um desgaste silencioso — mas profundo — na credibilidade do sistema.

Justiça não é um jogo

O Direito não é um campo de apostas e não é um espaço para testar limites. Não pode ser reduzido a uma equação de risco versus retorno. A Justiça só se sustenta quando todos os seus atores — advogados, partes e magistrados — compreendem o peso de suas funções.

Porque, no fim, não se trata apenas de ganhar ou perder uma causa.

Trata-se de preservar algo maior: **a integridade do próprio sistema de Justiça.** ■



700 mil

páginas visualizadas por mês

26 milhões

visualizações mensais nas redes sociais

Informação que conecta.
Alcance que impacta.
Presença que lidera.

meon.com.br

meon

Justiça e humanidade

// POR REGINA LARANJEIRA BAUMANN

Quando julgar ultrapassa o processo — e alcança toda a sociedade

Há julgamentos que não pertencem apenas às partes. Eles transcendem.

Ganham dimensão social, econômica e humana — e passam a exigir do Poder Judiciário não apenas técnica, mas consciência. O tema atualmente em análise no Tribunal Superior do Trabalho é um desses casos.

Discute-se, em essência, a possibilidade de imputar às famílias a responsabilidade trabalhista por profissionais de enfermagem que prestam assistência a pacientes acamados em regime de home care — serviço estruturado, na maioria das vezes, por operadoras de saúde e empresas especializadas.

À primeira vista, pode parecer um debate jurídico comum.

Não é.



O cuidado que não nasce de uma escolha — mas de uma necessidade

A realidade do home care no Brasil revela um cenário sensível e complexo.

Famílias que enfrentam a fragilidade de um ente querido dependente não atuam como empregadoras por vocação ou iniciativa econômica. Elas são, antes de tudo, destinatárias de um serviço essencial — frequentemente determinado por prescrição médica e viabilizado por planos de saúde.

Nos memoriais apresentados à Corte, evidencia-se que:

- há contrato vinculado ao convênio médico
- existe empresa responsável pela gestão técnica e operacional
- os valores pagos aos profissionais têm origem empresarial
- e a família realiza apenas o repasse desses valores

Ainda assim, decisões vêm convertendo essa dinâmica em vínculo empregatício direto. O que se vê, portanto, é uma inversão: o cuidado — que deveria ser protegido — passa a ser juridicamente onerado.



O peso da decisão: entre o direito e a realidade

Não se trata de um caso isolado.

Em São José dos Campos, estima-se a existência de centenas de pacientes em regime de assistência domiciliar. Em escala nacional, são milhares de famílias inseridas nesse modelo.

A eventual consolidação desse entendimento pode gerar efeitos profundos:

- insegurança jurídica generalizada
- aumento exponencial de demandas judiciais
- impacto financeiro sobre famílias já fragilizadas
- risco à continuidade do próprio cuidado

Estamos, portanto, diante de uma típica questão de ordem pública — que exige do Judiciário uma visão que ultrapasse o processo.

Julgar é interpretar a vida

O jurista italiano Piero Calamandrei ensinava que o juiz não julga apenas normas — julga realidades humanas.

A toga, nesse sentido, não representa apenas autoridade. Representa responsabilidade. Responsabilidade de compreender contextos.

De distinguir aparência de essência.

De reconhecer quando a aplicação literal da norma pode gerar distorções.

Neste caso, a questão central não está na existência do trabalho — mas na correta identificação de quem assume o risco, quem organiza a atividade e quem, de fato, exerce o papel de empregador.

Confundir a convivência assistencial com vínculo empregatício é ignorar a natureza do cuidado.

Técnica, sensibilidade e responsabilidade institucional

No caso sub judice os memoriais apresentados ao TST são claros ao apontar que não se busca rediscutir fatos, mas corrigir um erro de enquadramento jurídico e omissões relevantes na prestação jurisdicional.

A controvérsia não reside no que aconteceu — mas em como os fatos foram interpretados.

É exatamente aí que se revela a importância das Cortes Superiores.

Porque sua função não é apenas decidir. É orientar.

Uniformizar.

E, sobretudo, proteger a coerência do sistema jurídico.

Quando a Justiça organiza o futuro

Há decisões que encerram litígios.

E há decisões que moldam o futuro.

A definição sobre a responsabilidade nas relações de home care impactará diretamente milhares de famílias brasileiras — e, ao mesmo tempo, influenciará a própria estrutura da saúde suplementar no país.

Mais do que uma questão trabalhista, trata-se de um debate sobre dignidade, cuidado e responsabilidade.

E sobre quem, afinal, deve suportar o peso de um sistema que já se encontra organizado por terceiros. ■

Como lembrava Calamandrei, “O verdadeiro juiz é aquele que, ao aplicar a lei, jamais perde de vista a vida”.

Tributação em bares e restaurantes: onde o detalhe define o resultado

// POR REDAÇÃO

Poucos setores operam com uma combinação tão sensível entre margem, volume e complexidade quanto o de bares e restaurantes. À rotina intensa do atendimento e à pressão por eficiência somam-se regras tributárias que, embora pareçam padronizadas, escondem nuances capazes de alterar significativamente o resultado financeiro de um negócio.

A percepção mais comum entre empresários é a de que o regime simplificado resolve o problema. Na prática, essa lógica raramente se sustenta. A tributação no setor de alimentação carrega especificidades que exigem leitura individualizada da operação, algo que nem sempre acontece no dia a dia.

Entre essas particularidades, há elementos frequentemente negligenciados. Gorjetas, quando repassadas aos colaboradores, não se confundem com receita do estabelecimento.

Determinadas bebidas já tributadas ao longo da cadeia não deveriam sofrer nova incidência de impostos. Pequenos equívocos de enquadramento, repetidos mês a mês, acabam se acumulando em perdas relevantes ao longo do tempo.

A lógica é direta. Em um setor de alto giro e margens ajustadas, qualquer distorção tributária, por menor que pareça, ganha escala rapidamente.

A reforma tributária adiciona uma nova camada a esse cenário. Embora o discurso predominante seja o da simplificação, o novo modelo introduz regras específicas para o setor de alimentação fora do lar, criando situações em que a escolha do regime deixa de ser automática e passa a exigir análise estratégica.



Foto: Divulgação

Há casos em que permanecer no Simples Nacional, decisão frequentemente tratada como padrão, não representa a alternativa mais eficiente, mesmo para empresas de menor porte. A combinação entre modelo de operação, volume de insumos, presença no delivery e estrutura de custos passa a influenciar diretamente essa escolha.

O setor também revela um movimento mais amplo. A tributação deixa de ser apenas uma obrigação operacional e passa a integrar a gestão do negócio.

Em um ambiente pressionado por custos e competitividade, compreender a lógica por trás das regras se torna parte da estratégia.

No fim, o que diferencia operações eficientes não é apenas a capacidade de vender mais, mas de entender com precisão quanto se paga e por quê. ■

Raul Dias Advogado

- Telefone: 11993466281
- Instagram: @rauldias.adv

IMPOSTO QUE VIRA OPORTUNIDADE

**O talento já existe e só precisa
do seu apoio para brilhar!**

Ao doar parte do seu IR, você apoia jovens talentos a crescerem e transformarem sua realidade, das suas famílias e de suas comunidades.

Seja parceiro nos projetos do Instituto Alpha Lumen e ajude a ampliar essas oportunidades!

**ESCANEIE O
QR CODE E FAÇA
PARTE DESTA
TRANSFORMAÇÃO**



**Instituto
Alpha Lumen**
APOIO AO TALENTO



Direito trabalhista, estrutura e risco, o que as empresas ainda não estão vendo



Foto: Divulgação

// POR REDAÇÃO

O direito trabalhista segue sendo, para muitas empresas, um tema tratado apenas quando o problema já está instalado. A judicialização elevada e o aumento da complexidade dos casos mostram que essa lógica tem se tornado cada vez mais arriscada.

Na prática, o que se observa não são apenas grandes irregularidades, mas erros cotidianos, repetidos na operação das empresas. Contratações sem estrutura formal, ausência de controle de jornada, banco de horas sem acordo válido e utilização indevida de modelos como a pejetização continuam sendo fontes recorrentes de passivo.

Segundo a advogada Victória Lopes, que atua diretamente com assessoria empresarial, esses problemas geralmente não são percebidos como riscos no momento em que acontecem.

“O empresário, muitas vezes, acredita que está fazendo o correto, mas pequenos ajustes, como a ausência de um acordo formal de banco de horas ou a cobrança de jornada de um prestador PJ, podem gerar consequências relevantes”, explica.

A reforma trabalhista trouxe instrumentos de flexibilização, especialmente por meio de acordos individuais e coletivos, mas também exigiu maior rigor na formalização dessas relações. O banco de horas, por exemplo, passou a ter prazos definidos e depende de acordo válido para não se converter automati-

camente em horas extras.

Outro ponto sensível está na organização interna das empresas. Crescimento sem estrutura tende a ampliar o risco trabalhista, especialmente quando não há definição clara de funções, políticas internas ou acompanhamento jurídico.

“Se a empresa cresce sem estruturar sua base, o passivo se forma no dia a dia. Quando ele aparece, já está consolidado”, pontua.

A expansão do trabalho remoto também trouxe novas camadas de complexidade. A ausência de regulamentação interna sobre jornada, equipamentos, responsabilidades e comunicação pode gerar discussões sobre horas extras, sobreaviso e até mesmo doenças ocupacionais.

Além disso, o ambiente digital ampliou a produção de provas. Mensagens fora do horário de trabalho, registros em sistemas e comunicações eletrônicas passaram a ser elementos centrais nos processos.

“Hoje, a prova está muito mais acessível. Isso muda completamente a dinâmica dos conflitos trabalhistas”, afirma.

Nesse cenário, o direito trabalhista deixa de ser apenas uma ferramenta de defesa e passa a se relacionar diretamente com a estrutura e a sustentabilidade das empresas. A questão central não é apenas cumprir a legislação, mas compreender como as decisões operacionais impactam, juridicamente, o negócio ao longo do tempo. ■

Victória Lopes Assessoria e Consultoria Jurídica

Rua Augusto Edson Ehlke, 40 - sala 2
Jardim Apollo, São José dos Campos/SP

- Telefone: 12 99790-2501
- Instagram: @advocacia.victorialopes

Entre vínculos e patrimônio: os desafios do planejamento sucessório nas segundas uniões

// POR REDAÇÃO

A estrutura familiar mudou, e o Direito precisou acompanhar. Segundas uniões, filhos de diferentes relacionamentos e patrimônios construídos em momentos distintos tornaram o planejamento sucessório mais complexo do que nunca.

O que antes seguia um caminho previsível hoje exige leitura individualizada. Na prática, a ausência de planejamento ainda é um dos principais gatilhos de conflitos familiares.

À frente do escritório Picolli & Vaz, as advogadas Iara Vaz e Ana Luiza

Picolli acompanham de perto essa transformação. “Cada família tem sua própria dinâmica. Não existe solução padrão”, afirmam.

Em relações formadas por segundas uniões, especialmente quando há filhos de vínculos anteriores, a sucessão deixa de ser apenas uma questão jurídica e passa a envolver expectativas, afetos e disputas. Não é incomum que surjam resistências silenciosas, como o desconforto de cônjuges em dividir patrimônio com enteados, o que intensifica ainda mais os conflitos

quando não há planejamento.

Sem organização prévia, decisões importantes deixam de ser da família e passam a ser do Judiciário, muitas vezes em desacordo com o que aquela família desejaria.

Quando esse momento chega, não há espaço para ajustes: prevalece o que está na lei, e não necessariamente o que faria sentido para aquela família.

Um dos pontos mais sensíveis nesse contexto é o conflito de interesses entre cônjuges e enteados. Ainda que nem sempre verbalizado, é comum que padrastos e madrastas resistam à ideia de dividir o patrimônio com filhos de relações anteriores, e essa tensão, quando ignorada, costuma emergir de forma mais intensa no momento da sucessão.

Enquanto filhos esperam preservar seu direito hereditário, padrastos ou madrastas nem sempre se sentem confortáveis em compartilhar o patrimônio com enteados, o que, sem organização prévia, acaba sendo resolvido em um cenário de litígio.

Nesse cenário, o planejamento sucessório ganha papel estratégico. Mais do que dividir bens, trata-se de organizar relações, alinhar expectativas e, principalmente, evitar conflitos que podem comprometer não só o patrimônio, mas os próprios vínculos familiares. ■

Picolli & Vaz Sociedade de Advogados

Rua das Arraias, 50, sala 607

Pq. Res. Aquarius, São José dos Campos/SP

- Telefone: (12)99800-2775
- Instagram: @picollievaz
- YouTube: @PicollieVazAdvogados



IARA
VAZ

ANA LUIZA
PICOLLI

Educação Inclusiva e Direito: o desafio de garantir dignidade às crianças com deficiência

// POR REDAÇÃO

O avanço no diagnóstico e na identificação de crianças com deficiência tem ampliado um debate que vai além da medicina ou da educação: trata-se de um tema jurídico, social e estrutural. À medida que mais famílias passam a compreender as necessidades específicas de seus filhos, cresce também a exigência por um sistema que seja, de fato, inclusivo.

Para os advogados Diogo e César, do escritório Machado & Bertazzoni Advogados, o ponto central dessa discussão está na compreensão de que a educação inclusiva não é um diferencial — é um direito garantido.

“O acesso à educação, com as adaptações necessárias, é uma obrigação. Não se trata de uma escolha da escola, mas de um dever que decorre da própria legislação”, destacam.

A legislação brasileira, especialmente a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece que crianças com deficiência devem ter acesso ao ensino em igualdade de condições, respeitadas suas particularidades. Isso implica não apenas a matrícula, mas a oferta de recursos, metodologias e suporte adequados ao desenvolvimento de cada aluno.

Nesse cenário, um dos principais desafios está na implementação prática dessas diretrizes. Muitas instituições de ensino ainda não possuem estrutura ou preparo para atender de forma adequada, enquanto famílias enfrentam dificuldades para garantir o cumprimento desses direitos.

“Não basta permitir o acesso. É necessário oferecer condições reais para que a criança se desenvolva. Isso pode envolver acompanhamento multidisciplinar, adaptação pedagógica e uma atuação integrada entre escola e família”, explicam.

A discussão também envolve o papel do Estado. Como responsável por garantir direitos fundamentais, cabe ao poder público não apenas legislar, mas promover políticas que viabilizem a inclusão de forma efetiva, inclusive no ensino privado.

Ao mesmo tempo, os advogados ressaltam que o avanço na identificação de crianças com deficiência não signifi-

fica necessariamente um aumento de casos, mas sim uma maior capacidade de diagnóstico.

“Essas realidades sempre existiram. O que mudou foi a forma como a sociedade passou a enxergar e reconhecer essas necessidades”, pontuam.

Diante desse cenário, o direito assume um papel fundamental: assegurar que a inclusão não seja apenas um princípio, mas uma prática concreta. Mais do que acesso, trata-se de garantir dignidade, pertencimento e desenvolvimento, pilares essenciais para uma sociedade verdadeiramente inclusiva. ■



Machado e Bertazzoni Sociedade de Advogados

e-mail: contato@machadoebertazzoni.com.br

• Telefone/WhatsApp: 12 3018-3116 / 12 3921-1006

• Instagram: @mb.soc.advogados

EXPERIMENTE A FERRAMENTA DE MARKETING E VENDAS Nº 1 DA AMÉRICA LATINA

A **RD Station**, unidade de negócio da TOTVS, ajuda empresas a atrair, converter e vender mais usando tecnologia, dados e automação.

+ **Leads**

+ **Oportunidades**

+ **Vendas**

+ **Controle da
jornada do cliente**

Marketing e vendas conectados em uma única plataforma para acelerar seus resultados.



Fale com a gente.

TOTVS Sudeste Meridional

Unidade Vale do Paraíba:

(12)3600-8080 | linktr.ee/totvstsm



Tecnologia, advocacia e o novo perfil do profissional jurídico

// POR REDAÇÃO

A transformação digital já deixou de ser uma tendência para se consolidar como realidade dentro do universo jurídico. O avanço da inteligência artificial, a digitalização de processos e a mudança no comportamento social têm exigido dos profissionais do direito uma adaptação constante — não apenas técnica, mas também estratégica.

À frente da presidência da OAB São

José dos Campos e Paraibuna, sendo o mais jovem a ocupar o cargo, Felipe Alciprete acompanha de perto esse movimento. Para ele, a tecnologia não representa uma ameaça à advocacia, mas sim uma mudança de postura necessária para o profissional.

“A tecnologia não substitui o advogado. O advogado que não se adapta a ela é que acaba ficando para trás”, afirma.

Segundo Alciprete, o uso de ferramentas como a inteligência artificial já faz parte da rotina de muitos escritórios, mas deve ser encarado como meio, e não como fim. A preocupação central está na forma como essas ferramentas são utilizadas.

“Ela precisa ser vista como uma ferramenta de apoio. As conclusões e decisões continuam sendo responsabilidade do profissional. Quando isso se perde, o risco aumenta”, destaca.

A discussão, inclusive, já ultrapassa o ambiente dos escritórios e chega às entidades de classe. O tema tem sido pauta recorrente dentro da OAB, tanto em nível regional quanto nacional, especialmente no que diz respeito à ética e à responsabilidade no uso dessas tecnologias.

Outro ponto de atenção está no comportamento humano diante da inovação. A facilidade proporcionada pelas ferramentas digitais pode levar a uma falsa sensação de segurança, reduzindo o senso crítico e o aprofundamento técnico.

Nesse cenário, o desafio não está apenas em acompanhar a velocidade das mudanças, mas em manter o equilíbrio entre eficiência e responsabilidade.

Para Alciprete, o futuro da advocacia passa necessariamente pela integração entre tecnologia e preparo contínuo. Mais do que dominar ferramentas, será essencial compreender seus limites e utilizá-las com critério.

Em um ambiente cada vez mais dinâmico, a advocacia segue sendo uma profissão essencialmente humana — mas agora, apoiada por recursos que ampliam sua capacidade de atuação e exigem, ao mesmo tempo, um novo nível de consciência profissional. ■



NIPBR
NIPCABLE

Tem conexão que não pode cair.
Principalmente com ela.

*Neste dia das Mães, esteja
presente, de verdade!*

Combos a partir de

R\$159,99
/mês

Escaneie o QR Code
www.nipbr.com.br | 2012 0000

*Consulte viabilidade de atendimento



CONTATO: 12 2012 0000

WWW.NIPBR.COM.BR

O Trabalho Diário da Busca incansável pela Justiça

// POR REDAÇÃO

Eu não defendo o crime ou o criminoso, mas sim o indivíduo acusado e seus direitos fundamentais, em busca de um processo justo.

Não há crime, por maior que seja a sua gravidade, que não tenha direito à justiça. Estar ao lado do acusado, no momento mais difícil, quando todos os outros o abandonaram e não

estamos por cumplicidade, mas por dever ético e legal, através do juramento feito junto a Ordem dos Advogados. O advogado é o garantidor do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo estes princípios inegociáveis em qualquer Estado digno. Sem a defesa, não existe justiça. Isso significa que o advogado criminalista atua como um fiscal da legalidade, que minimamente seja assegurando ao criminoso, que o Estado não cometa abusos, que provas ilegais sejam descartadas e que prisões arbitrárias sejam evitadas. Meu trabalho não é “soltar” criminosos por aí indiscriminadamente, mas garantir que toda condenação seja precedida de um julgamento justo, baseado em provas lícitas e respeitando todos os ritos processuais e através da correta aplicação das Leis existentes. A errada visão da sociedade sobre a advocacia é um reflexo de uma cultura que busca a punição a todo custo, ignorando os direitos e obrigações, que são princípios democráticos, que regem nosso ordenamento jurídico. O advogado está longe de ser um inimigo da justiça e sociedade, aliás, ele é o seu fiel guardião, protegendo os direitos para todos e não para poucos, muitas vezes tenho um papel social, destinado para aqueles que são injustiçados ou que cometeram erros, sejam os mais graves, sejam os mais leves. Defender a advocacia criminal é defender a própria aplicação da Constituição, garantindo um processo justo, baseado nas normas do processo, garantindo o mínimo de dignidade da pessoa huma-

na. É hora de desmistificar essa visão distorcida da profissão do advogado, sendo vital reconhecer seu papel na construção de uma sociedade verdadeiramente justa, onde a lei e os direitos prevaleçam sobre o preconceito e a ignorância. **A advocacia é uma das áreas mais nobres e, paradoxalmente, mais incompreendidas do Direito. No imaginário popular, o advogado é frequentemente associado ao “defensor de bandidos”, um obstáculo à justiça ou, pior, um cúmplice dos atos ilícitos dos atos seus clientes. Essa visão distorcida, alimentada por um punitivismo crescente, pela desinformação e do próprio sistema judicial que se apresenta injusto a todo momento. Essa junção de erros não apenas macula a imagem dos advogados que são profissionais essenciais, mas também compromete os alicerces do Estado Democrático de Direito.**

A sociedade, muitas vezes, confunde o papel do advogado com seu cliente. A ideia de que “advogado de defesa só defende criminosos culpados” ou que “se a pessoa é inocente, não precisa de advogado”, são mitos que demonstram uma profunda incompreensão do sistema legal e jurídico. Essa percepção leva ao preconceito generalizado, com advogado sendo a todo momento, sendo pejorativamente chamados de “advogado do Diabo” ou “advogado de bandido”. Essa incompreensão popular pode afetar a vida pessoal e profissional dos advogados, gerando um ambiente de trabalho hostil e desafiador, passando a ser um trabalho árduo, difícil, extremamente único e solitário. ■



Foto: Divulgação

SUA SAÚDE MERECE O **MELHOR**

**ATENDIMENTO PREMIUM EM UMA
ESTRUTURA IMPECÁVEL QUE REÚNE TODAS
AS TENDÊNCIAS MUNDIAIS**

- Piscina semiolímpica e piscina infantil, cobertas e aquecidas
- Sala de musculação completa com equipamentos de marcas top de linha mundial em ergonomia e tecnologia.
- Área de treinamento funcional e pista de alto rendimento.
- Mais de 20 modalidades de ginástica coletiva, dança, hidroginástica e natação.
- Pilates, tecido acrobático e pole dance Spinning com recursos audiovisuais HD e 3D em tela gigante.
- Child Care, sauna seca, e spa com hidromassagem.
- Programa Kids com 8 modalidades esportivas e artísticas.
- Estacionamento abundante, seguro e gratuito.



VEM PRA CIA



@CIAATHLETICASJC



CIAATHLETICAOFICIAL

CIAATHLETICASJC.COM.BR

Endereço:

Colinas Shopping | Avenida São João, 2200 Loja NT 24 | (12) 3904-6000

**Companhia
Athletica**



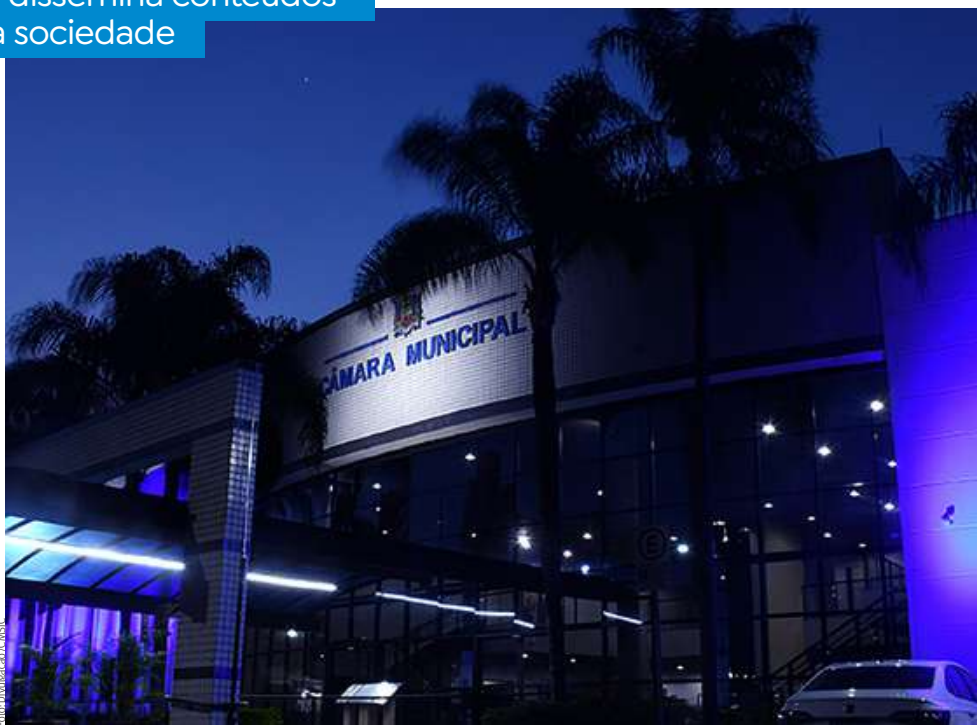
LEIS E AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL VISAM À INCLUSÃO E RESPEITO AOS DIREITOS DOS AUTISTAS

Além do diálogo com familiares, proposição e votação de leis, o Legislativo dissemina conteúdos para promover a empatia da sociedade

No mês de abril, a Câmara Municipal de São José dos Campos se une ao movimento por maior visibilidade e respeito às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), por meio de conteúdos nos canais oficiais de comunicação do órgão público, divulgação na mídia local e a iluminação do prédio em azul – cor símbolo da causa – em referência ao Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo, celebrado em 2 de abril. A data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007 com o objetivo de disseminar informações, combater o preconceito e promover a inclusão de pessoas com TEA.

A TV Câmara exibiu entrevista com o advogado especialista em direito das pessoas com deficiência e pai atípico, Emerson Teixeira, no telejornal Boletim Legislativo. Segundo ele, o maior desafio atual para a inclusão é o cumprimento das leis existentes, especialmente no acesso a serviços de saúde, educação e trabalho – começando pela disponibilidade de médicos especialistas na rede pública e obtenção de laudo atestando o diagnóstico.

Na primeira quinzena de abril, o saguão da Câmara sediou a exposição temática “Girassóis”, organizada pelo Grupo de Apoio ao Indivíduo com Autismo (GAIA), com releituras de obras do pintor Vincent van Gogh. A produção do artista foi marcada pelo histórico de internações em instituições de saúde mental. O girassol, elemento central da exposição, representa as chamadas deficiências ocultas, como o autismo. Os 20 anos de trabalho da associação sem fins lu-



crativos foram tema de um episódio do programa Vozes do Bem, da TV Câmara.

Nos últimos anos, o legislativo aprovou uma série de medidas voltadas aos moradores com TEA, como dobrar o valor per capita repassado pela Prefeitura às creches terceirizadas - Cecoi e Cedin - que atendem crianças com necessidades educacionais especiais (lei 11.136/2025), capacitação de educadores (lei 10.751/2023); assentos preferenciais em ônibus do transporte coletivo (lei 10.676/2023); criação de um banco de emprego para inserção no mercado de trabalho (lei 11.022/2024); e redução de estímulos sonoros no ambiente escolar (lei 10.949/2024). Além de espaços de desconpressão em estabelecimentos comerciais para

momentos de crise e agitação, a chamada sala do afeto (lei 10.873/2024).

Novas propostas seguem em discussão, por exemplo, prioridade no agendamento de consultas e exames (PL 361/2025), uma política municipal de proteção dos direitos (PL 309/2025), núcleo de atendimento especializado multiprofissional (PL 237/2025) e complexo neurosensorial na zona sul (PL 30/2025).

E, ainda, a Câmara conta desde 2018 com a Frente Parlamentar em Apoio à Pessoa com Autismo, um espaço de interlocução entre representantes das secretarias municipais, mães e pais mediada por vereadores com finalidade de escuta e articulação de políticas integradas para atender às necessidades de quem vive a realidade de cuidar de um autista na cidade.

VEREADORES VISITAM DELEGACIA DA MULHER DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Parlamentares entregaram uma cartilha com informações e orientações sobre violência e direitos

Um grupo de cinco vereadores esteve na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de São José dos Campos para conversar sobre o enfrentamento da violência com os delegados Luiz Paulo Leite Guadanucci e Christielle Co-

lombo Gomes. A visita ocorreu no dia 10 de abril e reuniu os parlamentares Amélia Naomi (PT), Juliana Fraga (PT), Rogério da Acasem (Progressistas), Sidney Campos (PSDB) e Zé Luís (PSD).

No encontro, eles entregaram car-

tilhas informativas impressas pela Câmara, com orientações sobre diferentes tipos de violência – como a sexual e a psicológica – e onde buscar ajuda em caso de violação de direitos. O material também está disponível no site da Câmara, acesse Sala de Imprensa no menu e clique em Cartilha Mulher Cidadã.

A visita ocorreu em meio à investigação do estupro coletivo de uma menina de 12 anos no Galo Branco, região leste da cidade. O inquérito segue sob sigilo e os policiais não divulgaram detalhes. Jovens menores e maiores de idade são suspeitos de embriagar a vítima antes do abuso.

Durante a conversa, os delegados destacaram pontos importantes para o enfrentamento desse tipo de crime, como a facilidade de acesso de adolescentes a bebidas alcoólicas por permissividade cultural. Também a falta de um mapeamento das ocorrências, que poderia resultar de estudos acadêmicos a partir de dados levantados a fim de subsidiar políticas públicas. E ainda ressaltaram o papel educativo da escola para que as vítimas identifiquem situações de violência, além da necessidade de conscientização dos homens, que são os agressores.

Especializada em violência doméstica e crimes sexuais, a DDM funciona 24 horas desde março do ano passado e está localizada no Jardim Aquarius. O plantão ininterrupto garante acolhimento imediato às vítimas. A equipe é treinada para prestar atendimento humanizado, registrar boletim de ocorrência, encaminhar à rede de assistência e orientar quanto à solicitação de medida protetiva à Justiça.



Vereadores de São José dos Campos se reúnem com delegados da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

O MUNDO É
SE ADAPTAR A
NÃO O CONT



Saiba

TV
Can
Can
Can

QUE PRECISA
A ELES.
TRÁRIO.



**POR ISSO, A CÂMARA DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS TRABALHA
PELA VISIBILIDADE E RESPEITO
AOS DIREITOS DE AUTISTAS
E SEUS FAMILIARES.**

A Câmara criou em 2018 a **Frente Parlamentar em Apoio à Pessoa com Autismo**. Nos últimos anos, tem aprovado leis sobre capacitação de educadores, inclusão no transporte, no mercado de trabalho, no ambiente escolar e em estabelecimentos comerciais. E segue propondo novas medidas em análise, como preferência no agendamento de consultas e exames e núcleo de atendimento.

O legislativo joseense atua em políticas públicas; cabe a toda a sociedade agir com empatia.

mais nos canais oficiais da Câmara.

nal 7 da Claro
nal 9 da Vivo
nal 12.3 TV aberta

 camarasjc.sp.gov.br

   @tvcamarasjc

  @camarasjc



**CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

O nosso papel é representar você.

O que é o Ecomuseu dos Campos de São José?

// POR REDAÇÃO

O Ecomuseu dos Campos de São José (Ecomuseu CSJ) é um museu de território concebido e promovido pelo Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP), em parceria com a Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental, desde 2015. Ele tem a função de identificar e registrar os patrimônios locais a partir da visão dos moradores dos territórios percorridos pelo projeto. São exemplos de patrimônios locais: os saberes e os fazeres das pessoas, suas histórias de vida, bem como os prédios e espaços públicos, as matas, os animais e os rios localizados nos bairros. Essa pesquisa participativa busca conhecer os desafios e os recursos locais para promover relações positivas entre o território e as pessoas que nele vivem, propondo a construção de um futuro possível para todos os seres que habitam o planeta.

Comunidade, território e patrimônio são três noções importantes para definir o Ecomuseu CSJ. O projeto busca conectar os habitantes de um lugar aos seus elementos culturais e naturais, a fim de construir soluções coletivas para os desafios locais. Um exemplo são as rodas de conversa, que desde o início reuniram pessoas que faziam artesanatos de variados tipos e que não tinham a oportunidade de divulgar seus trabalhos. Assim, surgiu a ideia de promover uma mostra cultural nos bairros, o que acontece desde 2016, e são as Feiras de Saberes e Fazeres.

Envolvendo as pessoas das comunidades, o Ecomuseu CSJ elabora sua programação anual. Atualmente, tem fomentado quatro espaços de horta e compostagem comunitárias: um no bairro Vista Verde, dois no bairro Campos de São José e um no bairro Pinheirinho



dos Palmares II; vem realizando oficinas diversas no Núcleo, que é o espaço-sede do Ecomuseu, bem como atividades educativas em escolas e espaços públicos. Além disso, são feitas pesquisas culturais pelos territórios, encontros musicais, rodas de conversa semanais, sessões de cinema ao ar livre, entre outras atividades de integração social.

Em relação ao patrimônio natural, o Ecomuseu CSJ realiza o plantio de árvores nativas dos biomas Mata Atlântica e Cerrado em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e trabalha para a

conservação do sagui-da-serra-escuro (*Callithrix aurita*), animal nativo da Mata Atlântica do Sudeste brasileiro e que corre grave risco de extinção.

Tendo como princípio a ecologia dos saberes, o Ecomuseu CSJ mobiliza os saberes populares, técnicos e acadêmicos, promovendo o exercício de cidadania e experimentando soluções socioambientais para as demandas cotidianas. ■

DICA DE LEITURA

Ecomuseu: Entre Memórias e Perspectivas



ACOMPANHE O ECOMUSEU CSJ

- Instagram/Facebook/YouTube: @ecomuseucsj
- Site: ecomuseu.org.br
- E-mail: comunica@cecp.org.br
- (12) 99677-5272 / (12) 3902-5991

Senado aprova **regras para guarda de pets** e reacende debate jurídico no país

// POR REDAÇÃO

O avanço de um projeto aprovado pelo Senado que regulamenta a guarda compartilhada de pets em casos de divórcio marca uma tentativa inédita de organizar uma realidade cada vez mais comum nos tribunais brasileiros. A proposta estabelece critérios para divisão de convivência, responsabilidades financeiras e até restrições em casos de conflito, mas também escancara um ponto sensível: afinal, qual é o lugar dos animais na lei brasileira?

Apesar de avançar ao trazer regras mais claras para disputas entre ex-casais, o texto ainda trata os pets dentro da lógica de propriedade. E é justamente essa contradição que tem chamado a atenção de especialistas.

Para a advogada especialista em Direito de Família, Monica Perez, a iniciativa resolve parte do problema prático, mas não acompanha a transformação social em curso. “A legislação organiza a situação, mas ainda parte da lógica de que o animal é um bem. Não há reconhecimento de que se trata de um ser vivo dentro dessas decisões”, afirma.

Segundo ela, o Brasil ainda tem um longo caminho até que os pets sejam efetivamente reconhecidos como sujeitos de afeto no Judiciário. Hoje, os animais seguem enquadrados no Código Civil como bens móveis e semoventes — no mesmo patamar jurídico de um veículo. “Para que esse reconhecimento aconteça de fato, é necessária uma mudança na legislação. O que vemos hoje é uma lei que já não acompanha a realidade social”, explica.

Na avaliação de Monica, a regulamentação pode ajudar a reduzir parte dos conflitos, mas não elimina a complexidade do tema. “A guarda de pet já gera



Foto: Divulgação

conflito. A legislação tenta uniformizar, mas ainda trata a situação como divisão de algo que é propriedade comum, sem entrar na discussão sobre o animal como ser vivo”, analisa.

Além das divergências entre os tutores, há também o impacto sobre o próprio animal, que frequentemente é ignorado. “O ideal é que o ex-casal atue com bom senso, levando em consideração não só o próprio apego, mas principalmente o vínculo do pet. O animal sente a ausência, mas não entende a separação, o que pode gerar sofrimento”, destaca.

A comparação entre guarda de filhos e de pets, no entanto, é limitada. “A diferença começa pelo próprio conceito. No caso de filhos, falamos em guarda,

pensão e convivência. Já com pets, o que existe é a custódia e a divisão de despesas. A comparação surge do afeto, mas juridicamente são situações distintas”, explica.

Nos casos de maus-tratos, a responsabilização independe do tipo de guarda. A conduta é tratada como crime ambiental, com punições previstas em lei.

Mesmo com a nova proposta, o Brasil ainda caminha de forma lenta em relação ao cenário internacional, onde já há discussões mais avançadas sobre o reconhecimento dos animais como seres sencientes. “Nossa legislação costuma correr atrás de situações que já estão acontecendo. Não é comum termos leis preventivas nesse campo”, afirma Monica. ■



Ateliê Liliane Oliveira

A imagem que comunica: arquétipos na advocacia

@ATELIELILIANEOliveira

MODA | ESTILO | ATITUDE DE SUCESSO

Quando falamos de imagem, não é apenas sobre o que você veste. É sobre o que você comunica sem precisar dizer uma palavra.

Os arquétipos fazem parte dessa construção. Eles revelam traços da sua essência e influenciam diretamente na forma como você é percebida. E isso, no dia a dia, aparece no seu estilo.

O arquétipo clássico, por exemplo, transmite confiança e credibilidade, algo essencial na advocacia.



Foto: DWulgera20

O elegante traz sofisticação e eleva o valor percebido. O natural aproxima e facilita a conexão. Já o dramático reforça presença e autoridade em momentos decisivos.

E eu sempre gosto de lembrar que você não precisa se limitar a um único arquétipo, mas precisa ter clareza sobre qual mensagem quer transmitir.

Na advocacia, e também para você mulher empreendedora, a imagem precisa sustentar o seu posicionamento. Não é sobre exagero, é sobre intenção e coerência.



Dica de consultora:

Eu ajudo mulheres a alinharem sua imagem ao seu arquétipo, e isso muda completamente a forma como são vistas. Pode parecer simples, mas faz toda a diferença. Quando sua imagem está alinhada com quem você é e com onde quer chegar, você se comunica melhor, se posiciona com mais segurança e transmite mais confiança.

Investir na sua autoimagem não é vaidade. É estratégia. É sobre ocupar o seu lugar com consciência. Porque no final, não é só sobre estar bem vestida.

É sobre ser reconhecida da forma certa.

E quando você entende a mensagem que sua imagem transmite, tudo muda. Sua presença se fortalece, sua comunicação se torna mais segura e as oportunidades começam a surgir de forma mais natural.

Se você sente que sua imagem ainda não reflete quem você é ou onde deseja chegar, talvez seja o momento de olhar para isso com mais intenção.

Alinhar sua imagem ao seu arquétipo é um passo importante para se posicionar com clareza, confiança e autenticidade.

Liliane Oliveira

Consultora de Imagem & Estilo
“Elevando seu estilo com elegância, sem perder a sua essência.”



@adoniaefe / Liliane Oliveira

Isaías 43: 1, 2, 3 MAS agora, assim diz o SENHOR que te criou, ó Jacó, e que te formou, ó Israel: Não temas, porque eu te remi; chamei-te pelo teu nome, tu és meu. Quando passares pelas águas estarei contigo, e quando pelos rios, eles não te submergirão; quando passares pelo fogo, não te queimarás, nem a chama arderá em ti.. Porque eu sou o SENHOR teu Deus, o Santo de Israel, o teu Salvador
Bíblia Sagrada

Mãe

GUARDA CADA
MOMENTO



JUNTE R\$ 600 EM COMPRAS E
TROQUE POR UMA **BOLSA**

AREZZO

ATÉ 10 DE MAIO



/// editores & caminhos do envelhecer

A centralidade do direito ao cuidado das pessoas idosas no Brasil

// POR LUIZ EDUARDO DOS SANTOS

Com a instituição da Política Nacional de Cuidados e Plano Nacional de Cuidados pelo Governo Federal em 2024 e 2025, o direito ao cuidado é reconhecido como uma responsabilidade compartilhada entre: famílias; Estado e sociedade. Num país que envelhece a “passos largos”, garantir o cuidado integral, digno e de qualidade tornou-se um dos principais desafios sociais para as próximas décadas.

Historicamente, as mulheres têm sustentado de maneira invisível e sem reconhecimento, o cuidado dos mais vulneráveis no Brasil. Na maioria das vezes exercido pelas filhas e esposas, por vezes com idade avançada.

Essa condição gera impactos na saúde física e mental dessas cuidadoras, limitam a inserção no mercado de trabalho e prejudicam sua autonomia financeira. Ao mesmo tempo, as transformações demográficas e sociais — como a redução do tamanho das famílias, a maior participação feminina no mercado de trabalho e o aumento da longevidade — indicam que haverá cada vez menos pessoas disponíveis para exercer o cuidado dentro do ambiente familiar.

A profissionalização do cuidado contribui para assegurar melhores condições de atendimento às pessoas idosas, com práticas mais seguras, humanizadas e alinhadas às suas necessidades.



Foto: Divulgação

Luiz Eduardo dos Santos
Gerontólogo e Mestre
em Gerontologia

A economia do cuidado surge, assim, como uma estratégia potente de desenvolvimento social e econômico e de redistribuição de renda. Ao reconhecer, qualificar e remunerar o cuidado, promove-se não apenas a geração de renda, mas também o empoderamento das mulheres, que passam a ter maior autonomia e reconhecimento social. Investir no cuidado é investir em dignidade, equidade e futuro, construindo uma sociedade mais preparada para envelhecer com justiça e humanidade. ■

/// editores & creators

Lei FELCA, o caso Hytalo Santos e os limites da internet

Foto: Divulgação



Alice Goes

// POR ALICE GOES

Para quem não tem muitas horas de tela, fica difícil decifrar quem são as pessoas do título, então vou resumir se você é essa pessoa:

Felca, um influenciador até então conhecido pelo humor ácido, passou um ano investigando sozinho outro influenciador: Hytalo Santos, conhecido por seus conteúdos mostrando uma rotina inusitada com jovens e adolescentes.

Vendo que isso acumulava milhões de views em conteúdos sexualizados envolvendo esses jovens, Felca fez o que muitos não têm coragem: investigou, juntou provas e denunciou.

Depois disso, meu caro e gentil leitor, o enredo se desenrola em investigação aberta, prisão de Hytalo Santos e uma nova atualização do ECA Digital, a cha-

mada Lei FELCA, que reforça a proteção à exposição de menores na internet.

Não se trata de proibir crianças e adolescentes na internet. Se trata de algo mais simples e aparentemente mais difícil pra muita gente: bom senso.

A Lei FELCA não substitui o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas escancarou algo que já deveria ser óbvio: crianças e adolescentes não são estratégias de engajamento.

Isso significa que exposição excessiva, situações constrangedoras ou o uso da imagem com foco puramente comercial podem, sim, gerar consequências jurídicas: a responsabilidade recai diretamente sobre quem publica.

E na lei, diferente da internet, a consequência não é cancelamento. É prisão. ■

Caçapava centraliza serviços e reforça estratégia de empregabilidade para jovens

// POR FABI VIEIRA

A Prefeitura de Caçapava inaugurou um novo espaço do programa Resolve Aqui, iniciativa que centraliza serviços públicos voltados ao atendimento ao cidadão e à empregabilidade. O prédio, que já abriga unidades do Poupatempo e do Detran, passa a concentrar também o PAT, o CIEE e o Procon, facilitando o acesso da população a serviços essenciais em um único local.

A proposta busca simplificar a jornada do munícipe e fortalecer políticas de inserção profissional, especialmen-

te entre os jovens. O movimento acompanha uma tendência nacional: dados do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) indicam que o número de estagiários no Brasil saltou de 642 mil em 2023 para 877 mil em 2024, crescimento de 37%, sinalizando a ampliação das portas de entrada para o mercado de trabalho.

Além de ampliar o acesso aos serviços, a centralização também gera economia para o município. A renegociação do contrato de aluguel e a



Foto: Divulgação

Fabi Vieira
CEO do Instituto Fala Comigo

transferência de setores que antes funcionavam em diferentes prédios reduzem custos operacionais e aumentam a eficiência do atendimento público.

A iniciativa reforça o papel da gestão pública na criação de ambientes que aproximam cidadania, formação profissional e geração de oportunidades. ■

Conexão entre universo jurídico e mundo dos negócios

// POR PRICILA ALVES

Nas relações comerciais, a confiança sempre será um elemento essencial, mas, sozinha, ela não basta. No ambiente empresarial, onde decisões envolvem valores, pra-

zos, entregas, responsabilidades e expectativas, a clareza se torna indispensável. É justamente nesse ponto que o universo jurídico se conecta de forma prática ao mundo dos negócios: por meio dos contratos, que organizam e oferecem uma base mais segura para que as atividades aconteçam com previsibilidade.

A própria Forbes já destacou que contratos ajudam a estabelecer limites e expectativas claras nas relações empresariais, reforçando que sua importância vai além da proteção jurídica: eles também contribuem para relações mais estáveis, profissionais e sustentáveis.

Na prática, isso significa mais segurança para todos os envolvidos.

Um contrato bem elaborado não serve apenas para ser acionado em caso de conflito, mas, principalmente, para evitar que o conflito aconteça. Mais do que reagir a problemas, um bom contrato antecipa cenários!

Por isso, tratar de contratos é tratar da própria solidez dos negócios. Quando o Direito é aplicado de forma estratégica à rotina empresarial, ele deixa de ser visto como excesso de formalidade e passa a atuar como instrumento de organização, prevenção e segurança. E, em um mercado cada vez mais dinâmico, contar com esse olhar técnico pode ser o diferencial para construir relações comerciais mais seguras e sustentáveis. ■



Fotos: Divulgação

Náthalie Zago

/// editores& veterinária

Entre a vida e a lei: o encontro da Medicina Veterinária com o Direito

// POR DRA. DANIELLA SANTUCCI

A relação entre humanos e animais tornou-se mais próxima e complexa, acompanhando a evolução social que reconhece os animais como seres sencientes. Nesse cenário, destaca-se a integração entre Medicina Veterinária e Direito, essencial para a proteção do bem-estar animal. Antes tratados como “coisas”, os animais passaram a ter maior reconhecimento jurídico, refletindo avanços éticos.

O médico veterinário exerce papel

fundamental além da clínica, atuando como perito em casos de maus-tratos, crimes ambientais, avaliação de bem-estar e fiscalização sanitária. Seu conhecimento técnico contribui como prova em processos judiciais, auxiliando na comprovação de sofrimento, negligência e condições inadequadas.

Apesar dos avanços legais no Brasil, ainda há desafios como a falta de fiscalização e conscientização.

A bioética também se destaca ao



Foto: Divulgação

Dra. Daniella Santucci
Médica Veterinária

abordar questões como eutanásia e uso de animais em pesquisas. Assim, a atuação conjunta entre Direito e Medicina Veterinária fortalece a proteção animal, tornando o veterinário um agente de justiça e transformação social. ■

/// arquitetura&

Arquitetura do Cuidado: o espaço também acolhe emoções

// POR BARBARA NOGUEIRA GOMES

autocuidado deixou de ser tendência para se tornar necessidade. Em um cenário de rotinas aceleradas, excesso de estímulos e aumento nos índices de ansiedade, o bem-estar emocional passou a influenciar escolhas de consumo, comportamento

e, cada vez mais, a forma como projetamos e habitamos os espaços.

A arquitetura, tradicionalmente associada à estética e funcionalidade, assume hoje um papel mais amplo: o de colaborar ativamente com a saúde emocional.

Como arquiteta, tenho observado que, quando o espaço é pensado para facilitar a rotina, reduzir ruídos visuais e favorecer momentos de pausa e contemplação, o impacto vai além da estética — ele se reflete na forma como as pessoas se sentem e se comportam dentro daquele ambiente. Na prática, percebo que muitas vezes os clientes chegam falando sobre layout, acabamentos ou metragem. Mas, na essência, o que buscam é previsibilidade, conforto e sensação de segurança. Quando o projeto é estruturado com base

em fluxos claros, iluminação adequada e escolhas materiais coerentes, ele deixa de ser apenas bonito, ele funciona.

Após a pandemia, a casa passou a concentrar múltiplas funções: trabalho, descanso, lazer e convivência. Essa sobreposição reforçou a necessidade de ambientes flexíveis e acolhedores. Quartos com iluminação indireta favorecem a produção de melatonina; áreas de pausa dentro da residência estimulam momentos de desaceleração; cozinhas funcionais reduzem a sobrecarga mental na rotina diária. Pequenas decisões projetuais impactam diretamente a experiência emocional dos moradores.

Morar bem é mais do que estética, viver em um lar é estimular conexões emocionais.



Foto: Divulgação



Barbara Nogueira Gomes
Arquiteta

Azeite da Mantiqueira conquista ouro em concurso internacional na Espanha



Siga @docardosogastronomia



Herbert Sales apresenta o Summit Blend 2026, Ouro em concurso da Espanha

mostra a capacidade de resposta do nosso ambiente produtivo”, diz.

Entre os rótulos premiados, o Mantikir Summit Blend apresenta acidez de 0,09% e perfil sensorial com notas herbáceas, baixa intensidade de frutado e equilíbrio entre amargor e picância. Já o Mantikir Coratina, com acidez de 0,1%, se destaca pela intensidade de notas verdes, com referências a rúcula, couve e molho de tomate.

Com a colheita ainda em andamento, a expectativa é que os azeites da safra 2026 cheguem ao mercado a partir de maio. ■



Azeitonas da safra 2026

// POR CHEF RODRIGO CARDOSO

Os azeites Mantikir Summit Blend e Mantikir Coratina, produzidos pela Vinícola Essenza, em Santo Antônio do Pinhal (SP), foram premiados com medalhas de ouro no Concurso Internacional de Azeites de Oliva Virgem Extra (CINVE) 2026, realizado na Espanha.

O resultado, divulgado no dia 9 de abril, marca a abertura do calendário global do setor e posiciona a marca brasileira entre os destaques da edição. A Essenza foi a única representante da região Sudeste entre os premiados.

Nesta edição, participaram quase mil rótulos de países como Espanha, Portugal, Itália, França, Grécia, Alemanha, Argentina, Austrália, México, Peru, Tunísia e Turquia. A cerimônia de premiação está marcada para 21 de maio, em Madri, no Hotel InterContinental.

À frente da Vinícola Essenza, o produtor Herbert Sales atribui o reconhecimento ao trabalho técnico no campo, especialmente diante das condições climáticas da safra 2026. “Receber duas medalhas de ouro logo na primeira avaliação do calendário internacional sinaliza de forma clara o comportamento da safra. Mesmo com menor incidência solar, conseguimos manter o padrão exigido nas análises”, afirma.

O azeite Mantikir é produzido a partir de oliveiras cultivadas em Maria da Fé (MG), na Serra da Mantiqueira, a 1.910 metros de altitude — considerado o olival mais alto do mundo.

Segundo o produtor, o desempenho dos azeites confirma a consistência do terroir da Mantiqueira. “Foi uma safra desafiadora, com impacto direto no desenvolvimento das azeitonas, mas o resultado



Herbert Sales, produtor do azeite Mantikir, durante a colheita da safra 2026

aconteceu virou meon

SÃO JOSÉ RECEBE A CONFERÊNCIA "MULHER: UMA VIDA COM PROPÓSITO"

O evento foi idealizado pela Dra. Viviane Vargas e realizada pela MultiplicaBen Experiência. O encontro reuniu cerca de 200 mulheres, em uma tarde dedicada   troca de experiências e ao fortalecimento feminino. A recep o foi marcada pela apresenta o da Orquestra Órion, projeto musical do Instituto Alpha Lumen.



Denise Soares, Cintia Schmiedel e M nica Martem



Fernanda e Maria Villas



Dra. Carla Ceres

Fotos: Gilberto Freitas



Gabriela Tami, Monique Munhoz e Valéria Ferreira



Viviane Vargas e Kelly Alves

POSTO 012 COMEMORA 3 ANOS COM MUITA MÚSICA EM SÃO JOSÉ

Em clima de Copa do Mundo, o Posto 012, espaço de beach tennis, gastronomia e lazer, em São José dos Campos, celebrou seu 3  aniversário com uma grande festa. O evento reuniu amigos, clientes e colaboradores em uma noite musical com Priscilla Couto, Samba da Preta e DJs Estevão Manfioli, Rodrigo S e Murilo Capuzzi.



Cintia e Celso Ruston



Deise Lucy e Daniel Parodi

Fotos: Gilberto Freitas



Washington Mascarenhas e Andressa Mascarenhas



Patricia Vizeu e Alana Santos



Tiago Castilho e Gabriela Iwamoto

MÚSICA E GASTRONOMIA CONSOLIDAM A SHOWTIME EM SÃO JOSÉ

A casa se destaca pela música ao vivo, shows, drinks, diversão, gastronomia e um público cheio de energia.



Palco da Showtime

Fotos: Gilberto Freitas



Julio Proença e Carla Puccini



Patricia Moura e Luciana Gouvea



Victor Dias e Rafaela Escudero



Ricardo Sampaio e Alberto Acigna

PASSEIO ECOLÓGICO PELO RIO PARAÍBA REALIZA 1ª EDIÇÃO DE 2026

Foi oficialmente aberta a temporada 2026 de passeios náuticos pelo Rio Paraíba do Sul, em São José dos Campos. A cerimônia de lançamento foi realizada no Espaço Acqua Eventos, no Bairro Urbanova, com a presença do atleta de caiaque extremo e campeão mundial pela Seleção Brasileira de Rafting, Pedro Oliva.

Fotos: Gilberto Freitas



Denilson Favato e Bruna Romanini



Edilene Chagas e Carlos Cardoso



João Marcos e Amanda



Edinho Guedes, Pedro Oliva, Lincon Delgado, Marcão da Academia e Dudi Reis



Mariana Bacci e Aline Arantes

Nova Aluguel de Carros **expande atuação** e inaugura filial em Taubaté

// POR REDAÇÃO

Em um momento de crescimento do setor de mobilidade e serviços, a Nova Aluguel de Carros dá mais um passo estratégico em sua trajetória de expansão. Com sede consolidada em São José dos Campos, a empresa acaba de inaugurar sua mais nova filial em Taubaté, reforçando sua presença no Vale do Paraíba e ampliando o acesso a soluções modernas de locação de veículos.

A chegada à cidade representa não apenas a expansão geográfica da marca, mas também o compromisso em oferecer praticidade, economia e

qualidade no atendimento. A nova unidade foi planejada para atender tanto clientes corporativos quanto o público em geral, com uma frota diversificada que contempla desde veículos compactos até modelos mais robustos, ideais para diferentes perfis de uso. A empresa aposta em tecnologia, processos ágeis e um atendimento personalizado como diferenciais competitivos.

Segundo a direção da Nova Aluguel de Carros, Taubaté surge como um polo estratégico, com forte atividade econômica e crescente demanda por

mobilidade flexível. A expectativa é de que a nova filial contribua para o desenvolvimento local, gerando empregos e fortalecendo parcerias com empresas da região. Com essa iniciativa, a Nova reafirma sua visão de futuro: estar cada vez mais próxima de seus clientes, acompanhando as transformações do mercado e oferecendo soluções inteligentes para quem precisa ir mais longe.

Além da ampliação física, a Nova Aluguel de Carros também investe em inovação e sustentabilidade como pilares de crescimento. A empresa vem modernizando sua frota com veículos mais econômicos e de menor impacto ambiental, além de adotar soluções digitais que facilitam todo o processo de locação, desde a reserva até a devolução. A proposta é oferecer uma experiência prática, segura e alinhada às novas demandas dos consumidores, cada vez mais conectados e atentos a iniciativas responsáveis. ■



Av. Charles Schneider, 681
Barranco - Taubaté / SP

Taubaté com mais mobilidade

Uma cidade
em movimento
merece a NOVA.

Alugue já
o **carro**
ideal pra
você com
25% OFF*



NOVA FILIAL

 AV. CHARLES SCHNEIDER, 681
BARRANCO - TAUBATÉ/ SP

*OFERTA ESPECIAL DE INAUGURAÇÃO:
VÁLIDA PARA A 1ª LOCAÇÃO NA NOVA FILIAL TAUBATÉ.

     12 3307-7077

www.novaaluguel.com.br

nova 
aluguel de carros

Sua mãe merece o mundo

COLINAS
SHOPPING

A CADA R\$ 700 EM COMPRAS CONCORRA A:
UM VALE-VIAGEM NO VALOR DE R\$ 40.000
(SERÃO DOIS GANHADORES NO TOTAL)

COMPRE UM
PRESENTE
PARA CELEBRAR

E CONCORRA A
UM DESTINO
PARA ETERNIZAR.



DE 30/04/2026 A 13/05/2026

NÚMEROS DA SORTE EM DOBRO DE SEGUNDA A QUARTA-FEIRA

DIA DA DIVULGAÇÃO: 22/05/2026